

NUNO J. VASCONCELOS ALBUQUERQUE SOUSA

# NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

.....

2.<sup>A</sup> EDIÇÃO

 GESTLEGAL

## ÍNDICE GERAL

Nota Prévia à 2. <sup>a</sup> edição.....	5
Nota Prévia .....	7
Siglas e Abreviaturas.....	9

### PARTE I

1. O conceito de administração pública .....	13
2. A administração pública e a administração privada .....	14
2.1. As necessidades sociais públicas .....	14
2.2. A realização dos interesses públicos.....	15
2.3. A forma da atividade.....	19
2.4. A administração pública exerce poderes de autoridade e a sua atividade está sujeita a determinadas restrições legais.....	19
3. A administração pública e a função legislativa .....	20
4. A administração pública e a justiça .....	22
5. A administração pública e o governo.....	25
6. Os diferentes conceitos de administração pública.....	27
7. O conceito organizatório de administração pública.....	30
7.1. O conceito organizatório em sentido estrito .....	31
7.2. O conceito organizatório em sentido funcional.....	32
7.3. O conceito organizatório em sentido económico.....	32
8. Apreciação do conceito organizatório de administração pública.....	32
9. A relação entre os sentidos organizatório e material de administração pública.....	35
10. O conceito material de administração pública.....	36
11. O significado da definição material de administração pública .....	38

12. O conceito de direito administrativo ou direito da administração pública....	55
13. O moderno direito administrativo. As atuais transformações .....	63
14. As condições para a existência dum direito administrativo próprio dum Estado de direito democrático.....	72
15. O direito administrativo em sentido estrito é direito público .....	77
16. O direito administrativo e a função administrativa (ou administração pública em sentido material) não coincidem em toda a sua extensão .....	78
17. O direito administrativo tem por objeto a atividade da administração pública regulada pelo direito público e pelo direito privado .....	79
18. O direito administrativo não é um direito excecional.....	82
19. A autonomia do direito administrativo face ao direito civil: a pretendida noção-síntese .....	82
20. Fundamento atual do direito administrativo (sistema da administração executiva) e da existência de tribunais administrativos .....	85
21. O direito administrativo tem uma função <i>legitimadora</i> do poder administrativo e <i>garantística</i> dos direitos e interesses legalmente protegidos dos administrados .....	88
22. O direito administrativo, a teoria do direito administrativo, a ciência da administração .....	95
23. Os fins e tarefas do direito administrativo.....	95
24. As divisões do direito administrativo.....	96
24.1. Direito administrativo geral e direito administrativo especial.....	96
24.2. Direito administrativo externo e direito administrativo interno....	97
24.3. Direito administrativo estadual, regional, autárquico, institucional, associativo e independente.....	98
24.4. Direito administrativo nacional, internacional, europeu e global ...	98
25. As relações entre o direito administrativo e os outros ramos do direito público e privado .....	99
25.1. O direito administrativo e o direito constitucional .....	99
25.2. O direito administrativo e o direito penal.....	100
25.3. O direito administrativo e o direito judiciário .....	101
25.4. O direito administrativo e o direito privado.....	101
25.4.1. O significado da diferença entre direito administrativo e direito privado.....	102
25.4.2. Critérios de delimitação do direito administrativo e do direito privado.....	104
25.4.3. A teoria dos interesses .....	104
25.4.4. A teoria da subordinação.....	104
25.4.5. A teoria do sujeito.....	104
25.4.6. A teoria do direito especial.....	105
25.4.7. Necessidade de aplicação cumulativa das teorias.....	105
25.5. Conclusão.....	106

•

26. A administração pública moderna e o direito administrativo como resultado dum desenvolvimento histórico.....	106
26.1. O Estado oriental.....	108
26.2. A Grécia e a administração pública .....	108
26.3. O Estado romano .....	109
26.4. A administração pública na época medieval .....	111
26.5. O Estado estamental.....	112
26.6. O Estado absolutista.....	113
26.7. O Estado liberal .....	115
26.8. A 1. <sup>a</sup> República .....	121
26.9. O Estado corporativo.....	121
26.10. A fase da Constituição de 1976.....	122
26.11. O Estado de Direito Democrático e Social .....	124
26.12. O neoliberalismo e o “New Public Management” .....	125
27. Os sistemas administrativos.....	128
27.1. A indiferenciação dos órgãos executivos.....	129
27.2. O sistema administrativo da administração judiciária ou de tipo britânico.....	130
27.3. O sistema administrativo de tipo francês ou de administração executiva .....	133
27.4. Apreciação da questão dos sistemas administrativos.....	135
27.5. A convergência entre os direitos administrativos dos Estados membros da União Europeia está a aumentar, embora permaneçam algumas diferenças.....	137
28. Caracterização do sistema administrativo português.....	140
28.1. A aplicação dum direito administrativo em sentido estrito.....	140
28.2. Continua o sistema da administração executiva .....	140
28.3. Os tribunais administrativos .....	146
 PARTE II	
29. As fontes de direito administrativo .....	155
29.1. A teoria das normas jurídicas e o sistema das fontes de direito administrativo.....	155
29.1.1. A teoria das fontes .....	157
29.1.2. A teoria da hierarquia das normas jurídicas e a solução do conflito de normas .....	159

## ÍNDICES

•

29.1.3. A teoria da interpretação das normas jurídicas e o preenchimento de lacunas .....	164
29.2. As fontes do direito administrativo português .....	165
29.2.1. A Constituição da República Portuguesa e as leis de revisão constitucional.....	165
29.2.2. As leis da Assembleia da República e decretos-leis do Governo ..	165
29.2.3. Os regulamentos .....	166
29.2.3.1. A noção de regulamento administrativo.....	166
29.2.3.2. A noção de regulamento no direito comparado .....	170
29.2.3.3. A diferença entre regulamento e lei.....	170
29.2.3.4. A diferença entre regulamento e ato administrativo .....	171
29.2.3.5. O fundamento do poder regulamentar.....	173
29.2.3.5.1. O fundamento político.....	173
29.2.3.5.2. O fundamento jurídico .....	174
29.2.3.6. A competência regulamentar .....	174
29.2.3.7. As espécies de regulamentos .....	174
29.2.3.7.1. Quanto ao âmbito de aplicação.....	174
29.2.3.7.2. Quanto ao objeto .....	174
29.2.3.7.3. Em relação à necessária dependência legal .....	175
29.2.3.7.4. Quanto à eficácia .....	178
29.2.3.8. O procedimento regulamentar.....	178
29.2.3.9. A forma dos regulamentos.....	181
29.2.3.10. Os limites do poder regulamentar .....	181
29.2.3.11. A eficácia dos regulamentos.....	182
29.2.3.12. A vigência dos regulamentos .....	183
29.2.3.13. Proibição de eficácia retroativa .....	183
29.2.3.14. Aplicação de regulamentos.....	183
29.2.3.15. Relação de prevalência na aplicação dos regulamentos.....	184
29.2.3.16. A invalidade dos regulamentos .....	184
29.2.3.17. A caducidade e revogação dos regulamentos .....	186
29.2.4. Os estatutos .....	186
29.2.5. O referendo .....	186
29.2.6. O direito consuetudinário.....	187
29.2.7. A doutrina não é fonte imediata, isto é, direta, do direito administrativo.....	187
29.2.8. As sentenças dos tribunais.....	187
29.2.9. Os princípios gerais de direito administrativo .....	188

•

•

29.2.10. As regras do direito internacional geral, convencional, do direito comunitário, e do direito estrangeiro art. 8.º, n.ºs 1, 2, 3 e 4, CRP .....	145
29.2.11. Os preceitos administrativos e a <i>praxis</i> administrativa .....	194

PARTE III

30. A noção de organização administrativa .....	199
30.1. Os limites do âmbito da organização administrativa .....	201
30.2. Os limites da liberdade de escolha das diferentes formas organizatórias .....	202
30.3. O poder de auto-organização da administração tem limites, não se podendo proceder à privatização indiscriminada dos serviços .....	202
30.4. As tendências atuais das organizações administrativas .....	203
30.4.1. A reforma permanente das organizações públicas .....	203
30.4.2. O Estado administrativo continua a ser um Estado-autoridade ..	206
30.4.3. Tendências de centralizar o sistema administrativo .....	207
30.4.4. A descentralização administrativa .....	208
30.4.5. A fragmentação do centro do poder administrativo .....	208
30.4.6. A independência face ao Governo .....	209
30.4.7. A administração indireta do Estado .....	210
30.4.8. A autoadministração .....	210
30.4.9. A privatização da Administração pública .....	210
30.4.10. A liberalização dos serviços públicos .....	211
30.4.11. A redução do Estado social e da administração das infraestruturas.	211
30.4.12. A empresarialização da Administração .....	211
30.4.13. A evolução dos modelos organizativos públicos .....	211
30.4.14. A administração pública e os procedimentos administrativos compostos .....	212
30.4.15. A administração supranacional .....	212
30.4.16. A administração global .....	214
31. Os princípios constitucionais e legais da organização administrativa .....	215
31.1. A desburocratização .....	201
31.2. A aproximação dos serviços das populações .....	216
31.3. A participação dos interessados na gestão efetiva dos serviços .....	217
31.4. O princípio da colaboração (art. 11.º do CPA) .....	220
31.5. O direito à informação dos interessados .....	220
31.6. A descentralização .....	223
31.6.1. O sistema centralizado .....	223
31.6.2. O sistema descentralizado .....	224
31.6.3. A Lei n.º 75/2013, 12-9 .....	225

	•	
31.6.4. A descentralização territorial, institucional e associativa.....		225
31.7. A desconcentração administrativa.....		226
31.7.1. A noção de desconcentração administrativa .....		226
31.7.2. As espécies de desconcentração.....		229
31.7.2.1. Desconcentração central, periférica e local.....		229
31.7.2.2. Desconcentração diretamente por lei ou por ato administrativo, previsto na lei .....		229
31.7.2.3. Desconcentração com hierarquia e desconcentração sem hierarquia		229
31.7.3. A desconcentração no contexto da reforma administrativa.....		229
31.8. A eficácia da atividade administrativa.....		231
31.9. A unidade de ação da Administração .....		233
31.10. O princípio da subsidiariedade .....		235
32. Os elementos da organização administrativa.....		236
33. As pessoas coletivas públicas.....		236
33.1. A noção de pessoa coletiva pública.....		236
33.2. A personalidade jurídica de direito público do Estado .....		240
33.3. Classificação e espécies das pessoas coletivas públicas.....		246
33.3.1. Pessoas coletivas corporacionais ou associativas e pessoas coleti- vas institucionais .....		246
33.3.2. Pessoas coletivas territoriais, institucionais e associativas.....		247
33.3.3. A administração direta do Estado. Pessoas coletivas integradas na administração indireta do Estado e na administração autónoma. A Admi- nistração independente .....		247
33.4. A criação das pessoas coletivas públicas.....		250
33.5. A extinção das pessoas coletivas públicas .....		252
33.6. O regime jurídico das pessoas coletivas públicas .....		253
33.7. As atribuições das pessoas coletivas públicas. A competência. A legitimação.....		256
34. Os órgãos administrativos.....		258
34.1. Apreciação crítica da teoria orgânica .....		260
34.2. Classificação dos órgãos.....		262
34.2.1. Órgãos externos e internos.....		262
34.2.2. Órgãos centrais e locais.....		262

	•	
34.2.3.	Órgãos permanentes e temporários .....	262
34.2.4.	Órgãos representativos e não representativos .....	262
34.2.5.	Órgãos hierarquizados e independentes .....	262
34.2.6.	Órgãos simples e complexos .....	262
34.2.7.	Órgãos singulares e colegiais .....	263
34.2.8.	Órgãos ativos, consultivos e de controlo .....	263
34.3.	Os órgãos colegiais .....	263
35.	Os serviços públicos .....	268
35.1.	O conceito de serviços públicos. A evolução para o conceito de “serviço de interesse geral” .....	268
35.2.	Os serviços públicos e a organização administrativa .....	269
35.3.	As espécies de serviços públicos.....	271
35.4.	O regime jurídico dos serviços públicos (acessibilidade geral, continuidade das prestações, universalidade das prestações, etc.).....	272
36.	A competência .....	274
36.1.	Noção de competência .....	274
36.2.	O princípio da legalidade da competência .....	274
36.2.1.	A teoria da “debilitação da legalidade da competência”.....	276
36.2.2.	Conclusão .....	277
36.3.	A competência em razão da matéria, da hierarquia, do território e do tempo.....	278
36.4.	As espécies de competência.....	279
36.4.1.	Competência própria, delegada e concedida.....	279
36.4.2.	Competência dependente e independente .....	279
36.4.3.	Competência singular, conjunta e alternativa.....	279
36.4.4.	Competência comum e competência própria.....	280
36.4.5.	Competência dispositiva e revogatória .....	281
36.4.6.	Competência expressa e implícita.....	281
36.5.	A competência no CPA .....	281
36.6.	As questões prejudiciais.....	282
36.7.	Conflitos de competência territorial .....	283
36.8.	Controlo da competência.....	283
36.9.	Apresentação do requerimento a órgão incompetente.....	284
36.10.	A competência dos titulares dos cargos dirigentes .....	210
37.	A delegação de poderes (arts. 35.º a 40.º CPA) .....	284
37.1.	A noção .....	284



## ÍNDICES

•	
37.2. A subdelegação de poderes.....	291
37.3. Requisitos do ato de delegação .....	291
37.4. Requisitos do ato delegado.....	292
37.5. Poderes do delegante ou subdelegante.....	292
37.6. Extinção da delegação ou subdelegação .....	293
37.7. A substituição .....	294
38. Conflitos de atribuições e de competência.....	294
39. A hierarquia administrativa.....	296
39.1. Noção de hierarquia administrativa.....	296
39.2. Os poderes do superior hierárquico.....	298
39.2.1. Não há poder de substituição .....	298
39.2.2. O poder de direção .....	299
39.2.3. O poder de supervisão .....	301
39.2.4. Poder disciplinar .....	301
39.2.5. Poder de inspeção .....	302
39.2.6. Poder de decidir conflitos de competência .....	302
39.2.7. Poder de decidir recursos hierárquicos.....	302
39.3. O dever de obediência.....	302
40. A tutela administrativa.....	304
41. A superintendência.....	309
42. A coordenação .....	310
43. A participação.....	311

## PARTE IV

### A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA EM ESPECIAL

44. A administração do Estado .....	315
45. As atribuições do Estado .....	316
46. Os órgãos do Estado .....	317
47. O governo .....	319
48. A administração direta do Estado.....	321
49. A administração periférica .....	322
50. A administração indireta do Estado.....	323
50.1. Os institutos públicos.....	324
50.2. As empresas públicas .....	327
50.3. As parcerias público-privadas.....	329
50.4. Fundações e associações privadas.....	329
50.5. A administração independente.....	330
50.6. As agências.....	331

51. A administração autónoma.....	331
51.1. As autarquias locais .....	332
51.2. O associativismo municipal .....	334
51.3. As associações públicas.....	334
52. As instituições particulares de interesse público .....	337

## PARTE V

53. A atividade administrativa. Sua relevância.....	341
53.1. A atividade administrativa em geral .....	341
53.2. Atividades administrativas não típicas .....	342
53.3. Algumas modificações da atividade administrativa na atualidade..	343
53.4. A atividade administrativa jurídica pública formal .....	344
53.5. A atividade administrativa não jurídica.....	344

## PARTE VI

54. O procedimento administrativo.....	349
54.1. O conceito de procedimento administrativo .....	349
54.2. A origem do conceito.....	352
54.3. A codificação .....	353
54.4. Significado do procedimento administrativo .....	353
54.5. Razões objetivas do desenvolvimento da ideia do procedimento ....	354
54.6. Os fins do procedimento administrativo .....	355
54.6.1. A realização dos interesses públicos .....	355
54.6.2. O Estado de direito .....	355
54.6.3. O Estado democrático .....	355
54.7. As críticas ao procedimento administrativo.....	356
54.8. As diferenças entre procedimento administrativo e outros conceitos próximos .....	357
54.8.1. Procedimento e processo.....	357
54.8.2. Processo judicial e procedimento administrativo .....	358
54.8.3. Ato complexo.....	359
54.9. Princípios e normas gerais do procedimento administrativo .....	359
54.9.1. Os princípios gerais da atividade administrativa enumerados no CPA	359

## ÍNDICES

•

54.9.2. Princípios e normas gerais do procedimento administrativo.....	377
54.10. As espécies de procedimento administrativo .....	381
54.11. Os sujeitos da relação jurídica procedimental.....	382
54.12. Os interessados. A capacidade procedimental. A legitimidade.....	383
54.13. As garantias da imparcialidade da administração pública .....	383
54.14. Os prazos .....	384
54.15. As medidas provisórias .....	385
54.16. Os pareceres .....	386
54.17. A direção do procedimento .....	387
54.18. A conferência procedimental.....	388
54.19. As fases do procedimento do ato administrativo.....	390
54.19.1. Fase da iniciativa .....	391
54.19.2. Fase instrutória. Notificações.....	392
54.19.3. Fase da audiência dos interessados .....	393
54.19.4. Fase da decisão. Os atos tácitos.....	393
54.19.5. Fase de integração de efeitos .....	394
54.20. As comunicações prévias .....	394
54.21. A extinção do procedimento.....	394

## PARTE VII

55. O ato administrativo.....	399
55.1. Conceito e características do ato administrativo .....	399
55.1.1. As noções negativa e positiva de ato administrativo.....	399
55.1.2. As funções do ato administrativo .....	406
55.1.3. O ato administrativo no direito comunitário.....	409
55.1.4. As características do ato administrativo .....	409
55.1.5. O art. 148.º do CPA.....	414
55.2. Natureza jurídica do ato administrativo .....	426
55.3. Elementos, requisitos e pressupostos do ato administrativo.....	428
55.4. Elementos subjetivos, elementos objetivos, elementos funcionais e elementos formais do ato administrativo. As formalidades do ato administrativo.....	429
55.5. Classificação dos atos administrativos.....	438
55.6. Os tipos de atos administrativos primários .....	439
55.7. Os tipos de atos administrativos secundários .....	440
55.8. Os conceitos de revogação e de anulação administrativa .....	441
55.9. Alteração e substituição dos atos administrativos .....	448
55.10. Ratificação, reforma e conversão dos atos administrativos .....	449

•

55.11. A retificação dos atos administrativos .....	450
55.12. A validade dos atos administrativos .....	450
55.13. A invalidade dos atos administrativos.....	451
55.14. Os vícios do ato administrativo .....	453
55.15. A sanção das invalidades.....	457
55.16. A eficácia dos atos administrativos .....	466
55.17. O caso decidido administrativo.....	469
55.18. A execução do ato administrativo.....	470

PARTE VIII

56. Os contratos públicos.....	479
56.1. Noções gerais .....	479
56.2. A origem histórica do conceito.....	480
56.3. A formação moderna do conceito.....	480
56.4. A figura do contrato é admissível no direito público .....	481
56.5. Os contratos da Administração pública, os contratos públicos e os contratos administrativos .....	482
56.6. Âmbito subjetivo de aplicação da Parte II do CCP. Entidades adjudicantes (art. 2.º CCP).....	484
56.7. Âmbito objetivo de aplicação da Parte II do CCP.....	488
56.8. Os princípios gerais da contratação.....	490
56.9. O regime procedimental do CCP.....	491
56.10. O regime substantivo dos contratos administrativos. Âmbito objetivo e subjetivo da parte III do CCP.....	499
56.10.1. A classificação dos contratos administrativos.....	500
56.10.1.1. Contratos administrativos típicos e atípicos.....	500
56.10.1.2. Classificação quanto aos sujeitos .....	500
56.10.1.3. Contratos de colaboração e de atribuição.....	500
56.10.1.4. Contratos de cooperação e de subordinação.....	501
56.10.2. As espécies de contratos administrativos.....	501
56.10.3. Utilização do contrato administrativo (art. 278.º CCP) .....	502
56.11. Contrato como fonte da relação jurídica administrativa .....	504
56.12. Direito aplicável (art. 280.º do CCP).....	505
56.13. Reposição do equilíbrio financeiro do contrato .....	505
56.14. Invalidade consequente dos atos procedimentais inválidos.....	505
56.15. Princípios da execução do contrato .....	506
56.16. Poderes do contraente público .....	506
56.17. Modificações objetivas do contrato.....	508
56.18. Incumprimento do contrato .....	508

•

56.19. Extinção do contrato em geral.....	509
56.20. Regras especiais sobre contratos.....	510
56.21. Os contratos administrativos em especial.....	510

PARTE IX

57. A responsabilidade do Estado e demais entidades públicas.....	513
57.1. Introdução .....	513
57.2. Conceito de responsabilidade civil. Conceitos afins .....	515
57.3. O fundamento da responsabilidade civil da administração.....	519
57.4. Competência da jurisdição administrativa .....	522
57.5. A Lei n.º 67/2007, de 31-12 .....	523
57.5.1. Âmbito de aplicação objetivo .....	523
57.5.2. Âmbito de aplicação subjetivo .....	524
57.5.3. Obrigação de indemnizar .....	525
57.5.4. Culpa do lesado.....	525
57.5.5 Prescrição.....	525
57.5.6. Direito de regresso .....	525
57.5.7. Responsabilidade civil por danos derivados da função político-legislativa (art. 15.º).....	526
57.5.8. A responsabilidade civil por danos pelo exercício da função jurisdicional (arts. 12.º a 14.º).....	527
57.5.8.1. A responsabilidade dos magistrados .....	527
57.5.8.2. A responsabilidade na administração de justiça .....	527
57.5.8.3. A responsabilidade por erro judiciário.....	527
57.5.9. Responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa .....	528
57.5.9.1. Responsabilidade objetiva — a responsabilidade pelo risco (art. 11.º) .....	528
57.5.9.2. A responsabilidade subjetiva. A responsabilidade por factos ilícitos (arts. 7.º a 10.º).....	528
57.5.9.2.1. Responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas .....	529
57.5.9.2.2. Responsabilidade solidária se houve dolo ou culpa grave .....	530
57.5.10. Indemnização pelo sacrifício (art. 16.º).....	530
57.6. Direito comunitário.....	531
57.7. Convenção europeia dos direitos do homem.....	532

•

•

PARTE X

58. As garantias dos particulares em geral. A reclamação e os recursos administrativos.....	537
58.1. As garantias em geral.....	537
58.2. As garantias constitucionais dos administrados constantes do art. 268.º da CRP.....	539
58.3. O direito europeu.....	539
58.4. Noção e espécies e garantia .....	540
58.5. A queixa para o provedor de justiça.....	541
58.6. As garantias administrativas como princípio geral.....	542
58.7. A reclamação, arts. 191.º e 192.º CPA) .....	544
58.8. Recurso hierárquico. Regime geral (arts. 193.º a 198.º CPA) .....	545
58.9. Os recursos administrativos especiais (art. 199.º CPA) .....	547

PARTE XI

59. As garantias jurisdicionais.....	553
59.1. O âmbito da jurisdição.....	553
59.1.1. A delimitação da competência jurisdicional.....	554
59.1.2. A tutela de direitos fundamentais e de direitos e interesses legalmente protegidos.....	557
59.1.3. Fiscalização da legalidade das normas e atos jurídicos .....	558
59.1.4. Validade de atos pré-contratuais e interpretação, validade e execução de contratos administrativos .....	558
59.1.5. Fiscalização da legalidade de atos administrativos praticados por quaisquer órgãos do Estado ou das regiões autónomas não integrados na Administração Pública.....	560
59.1.6. Fiscalização da legalidade das normas e demais atos jurídicos praticados por quaisquer entidades no exercício de poderes públicos.....	560
59.1.7. Questões em que haja responsabilidade civil extracontratual das pessoas coletivas de direito público .....	561
59.1.8. Responsabilidade civil extracontratual dos titulares dos órgãos..	562
59.1.9. Responsabilidade civil extracontratual dos demais sujeitos.....	562
59.1.10. Relações jurídicas entre pessoas coletivas de direito público .....	562
59.1.11. Prevenção, cessação ou reparação de violações de valores e bens constitucionalmente protegidos .....	562
59.1.12. Contencioso eleitoral .....	563
59.1.13. Condenação à remoção de situações .....	563
59.1.14. Relações jurídicas administrativas e fiscais que não digam respeito às matérias das alíneas anteriores .....	563
59.1.15. Execução da satisfação de obrigações .....	563

•

## ÍNDICES

•

59.1.16. Execução das sentenças da jurisdição administrativa e fiscal.....	564
59.1.17. A jurisdição administrativa é obrigatória e comum .....	565
59.1.18. Não há coincidência entre o critério da relação jurídica administrativa e a enumeração do art. 4.º do ETAF .....	565
59.1.19. A noção de relação jurídica administrativa para efeitos jurisprudenciais .....	566
59.1.20. O art. 212.º, n.º 3, CRP não contém uma reserva material absoluta da jurisdição .....	566
59.1.21. Argumentos favoráveis ao carácter não absoluto da reserva .....	566
59.1.22. A lei delimitadora das competências sujeita-se ao controlo de constitucionalidade .....	567
59.1.23. A influência do direito comunitário.....	568
59.1.24. O controlo da constitucionalidade das normas .....	568
59.2. Matérias excluídas .....	568
59.3. Os órgãos jurisdicionais.....	569
59.4. O direito processual administrativo.....	571
59.5. Os princípios processuais fundamentais .....	571
59.5.1. A tutela jurisdicional efetiva .....	571
59.5.2. Exclui-se o controlo imediato da conveniência.....	572
59.5.3. Os tribunais administrativos asseguram a execução das suas sentenças	573
59.5.4. Igualdade das partes .....	573
59.5.5. Promoção do acesso à justiça .....	573
59.5.6. Princípio da cooperação e boa fé processual .....	573
59.5.7. Patrocínio judiciário obrigatório.....	573
59.6. Os processos urgentes (arts. 97.º a 111.º CPTA) .....	573
59.7. A ação administrativa.....	574
59.8. As providências cautelares (arts. 112.º a 134.º CPTA) .....	574

## BIBLIOGRAFIA

Bibliografia da Partes I à IV (resumida) .....	579
Bibliografia da Partes V à XI (os temas versados podem ser desenvolvidos nas seguintes obras, que utilizamos) .....	580

## ÍNDICES

Índice Alfabético .....	585
Índice Geral.....	591

•



**GESTLEGAL**

[www.gestlegal.pt](http://www.gestlegal.pt) • [editora@gestlegal.pt](mailto:editora@gestlegal.pt)